

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
CCTCI

REQUERIMENTO Nº DE 2007

(Do Senhor Bilac Pinto)

Requer realização de Audiência Pública para discutir os impactos da implantação do modelo de televisão digital, sobretudo na indústria nacional de semi condutores e seus componentes.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os arts. 24, inciso XIV e 225, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública para discutir os reflexos na indústria brasileira de semicondutores e seus componentes da introdução do modelo de TV digital, em data a ser agendada. Sugiro que sejam convidados: o Diretor do Inatel (Instituto Nacional de Telecomunicações), prof. Wander Wilson Chaves, o Presidente da Abinee (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica), Dr. Humberto Barbato, o Secretário de Política de Informática do Ministério de Ciência e Tecnologia, Dr. Augusto César Gadelha Vieira, o Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Dr. Roberto Pinto Martins e o Secretário de Tecnologia Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Dr. Jairo Klepacz.



1F26875057

Justificativa

O Governo Federal lançou um conjunto de desonerações previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Dentre essas medidas constam as que visam incentivar a indústria de semicondutores (chips), displays e equipamentos de transmissão de sinal digital de TV: os Programas de Incentivos ao Setor da TV Digital (PATVD) e ao Setor de Semicondutores (PADIS), contidas na Medida Provisória 352.

Segundo o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Luiz Fernando Furlan, as iniciativas vão dar condições ao Brasil para brigar pelos investimentos internacionais voltados à produção destes componentes. “Com o PAC, nosso País começa a fazer parte dessa rota e passa a ter capacidade competitiva”, destacou durante coletiva aos jornalistas realizada no dia do anúncio.

Porém para especialistas e pesquisadores do tema, a criação dos programas de apoio ao desenvolvimento tecnológico das indústrias de semicondutores e de equipamentos de TV digital (PADIS E PATVD) apresentam fragilidades e dependem fortemente de outras variáveis para que haja resultados concretos no fortalecimento de uma indústria nacional nestes setores.

Para Ricardo Benetton, diretor de TV Digital do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), é necessário que haja, juntamente com a desoneração, um plano para implementar a cadeia produtiva que garanta qual modelo de negócios vai ser adotado, incluindo para quem os produtos serão vendidos. Este último “detalhe” é fundamental, acrescenta Benetton, pois a indústria de semicondutores trabalha com quantidades enormes e um pólo produtor dificilmente se sustenta sem ter uma rede de compradores para além de seu mercado interno

Gustavo Gindre, pesquisador da UFRJ na área de TV Digital e integrante do Comitê Gestor da Internet no Brasil, ressalta que o buraco é bem mais



1F26875057

embaixo. Enquanto o Brasil continuar utilizando como parâmetro os Processos Produtivos Básicos (PPB), criados durante o governo Collor, não haverá criação de uma indústria nacional de semicondutores. Os PPBs consistem na instalação de empresas estrangeiras em território nacional que trazem a parte majoritária dos componentes de fora.

Dessa forma, o país se restringe ao papel de montador de kits prontos e acaba conseguindo baixa efetividade na transferência de tecnologia, elemento essencial para a criação de uma indústria nacional em um setor ainda pouco denominado. “Um projeto como este continua trabalhando com a noção da primeira revolução industrial de que importante é reter a fábrica. É verdade que uma medida como essa melhora o desempenho de nossa balança comercial e talvez até permita ao Brasil se tornar um entreposto de maquiladoras para exportação ao restante da América Latina. Mas, isso é pouco”.

Se a perspectiva de uma indústria nacional na área de semicondutores já se mostra débil, no caso dos equipamentos de transmissão para TV digital a situação é mais incerta. As alíquotas incluídas no PATVD são as mesmas do PADIS (PIS/Pasep/Cofins, IPI e Cide), além de empresas que invistam no mínimo 5% de seu faturamento bruto em pesquisa e desenvolvimento no setor.

Na avaliação de Ricardo Benetton, se a política para este setor se restringir às medidas do PAC, a tendência é garantir a transição para a tecnologia digital com base na facilitação da importação de equipamentos de transmissão, e não no fortalecimento da indústria nacional.

Ainda mais crítico é o diretor de Componentes da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) e presidente da Aegis Semicondutores, Wanderley Marzano: o programa é burocrático demais. “Essa MP não vai atrair ninguém. É complicado investir 5% em P&D numa área cuja margem de lucro não é superior a 7%”.



Nesse sentido, a realização nessa Comissão de Audiência Pública para discutir os impactos da implantação da TV digital na indústria nacional de semi condutores e seus componentes contribuirá para o desenvolvimento desse importante setor de nossa economia.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Bilac Pinto
Deputado Federal - PR/MG



1F26875057